

BIBLIOGRAFIA

CRITICA

PUBLIC AND PRIVATE GOVERNMENT —
CHARLES E. MERRIAM — Yale University Press
for Indiana University — 1944 — 78 págs. —
\$ 1.75.

(Comentário de M. H. HEDGES, da *International Brotherhood of Electrical Workers*).

Reconheçamos, de início, que o estudo do Professor Charles Edward Merriam, intitulado *Public and Private Government*, transcende o ordinário e o efêmero. Não é fácil dizer quando um livro ultrapassa os limites da erudição rotineira e penetra nos domínios da literatura; mas, talvez isso aconteça quando o erudito se sente à vontade — durante as férias — para falar do alto de uma longa e intensa vida de estudos e experiência prática, permitindo que sua própria personalidade atue sobre assuntos importantes e ilumine os fatos com o facho da verdade. Tais qualidades de estilo aparecem na contribuição do Professor Merriam ao Curso Powell de Preleções sobre Filosofia, da Universidade de Indiana. A oitava de uma série que conta com trabalhos de homens notáveis como William Ernest Hocking, Roscoe Pound e William Lowe Bryan, a publicação *Public and Private Government* possui, certamente, uma significação única para a geração atual.

O Sr. Merriam declara, em seu prefácio, que as lições fazem parte de uma obra mais extensa sobre "Política Sistemática", que ele pretende completar para muito breve. As lições em apêndice se intitulam "*Administração Pública e Particular*", "*Soberania*", "*Novos Conceitos de Organização*" e "*Democracia e Organização*". O volume tanto lucra quanto perde com o fato de ser a transcrição de uma sucinta dissertação oral. Ganha em concisão, em rapidez de imagens. Perde em extensão e plenitude. Quase todas as sentenças explodem com choque epigramático. Poder-se-ia pensar que tal trabalho seria aceitável para todos os professores de elementos de ciência política, pois aborda com humor, graça e inteligência, quase todos os problemas de governo. Mas, de algum modo, o leitor larga o livro com uma certa decepção, porque o autor, tendo levantado questões importantes, responde-as inadequadamente. Esta incapacidade decorre, sem dúvida, das limitações da pequena oficina de trabalho do Professor Merriam: ele teve de condensar o pensamento de uma geração em quatro curtas lições. E, apesar disso, se o presente comentarista fôsse intimado a dar seu voto a favor ou contra este pequeno volume, quando comparado a um pesado tomo de erudição inesgotável, ele se manifestaria a favor do primeiro.

"A luta entre o individualismo absoluto e o coletivismo absoluto é intelectualmente um combate simulado. Nenhuma dessas alternativas é completa", diz o Professor Merriam — sábia e penetrantemente. Ele podia ter acrescentado (mas não o fez) que o povo dos Estados Unidos está agora empenhado em levar avante tal combate simulado. Cum-

pre esclarecer que foi em torno de questões fictícias que surgiu todo esse clamor e tumulto. Pois o governo — soberania — está sempre onde são tomadas as principais decisões que afetam o padrão de vida, a liberdade de expressão, e a dignidade individual do cidadão. Se essas importantes decisões são tomadas no tradicional "salão enfumado", aí é que está a sede do governo. Se são tomadas nos salões do Congresso em Washington, aí, então, é que está o governo. E o problema de governo, hoje em dia, é o problema de governo no lar, na tribo, no clã, na casa de comércio, na fábrica, no conselho municipal, e na câmara legislativa — o problema de colocar, nos postos de responsabilidade, pessoas que tomem decisões acertadas em benefício do povo.

Quando os empreendedores particulares tomam decisões importantes, devem tratar o direito privado como interesse público. Quando deixam de encarar como interesse público essa tremenda responsabilidade, e, em vez disso, tratam-na como matéria de interesse particular, cresce o descontentamento, e começa a agitação em prol da intervenção dos poderes públicos. Ou, ao contrário, quando os homens de governo tratam sua tremenda responsabilidade como se fôsse negócio particular, cresce o descontentamento, e começa o clamor pela "devolução" do governo ao povo".

Tão cheia de graves conseqüências é a tarefa de lidar com vidas humanas — agora mais do que nunca, quando as decisões, a cada hora, em cada ano, afetam todos os homens, mulheres e crianças — que a tarefa de tomar decisões não pode ser considerada como assunto particular, quer o homem que as tome esteja, ou não, ocupando um cargo público. Se o nosso sistema deve ser o da empresa particular, os seus empreendedores devem, por isso mesmo, agir com responsabilidade pública. A não ser assim, o povo inventará meios de fazer com que os responsáveis pelas decisões enverguem novos mantos de púrpura. Não poderá ser, por muito tempo, legislador, quem não tratar com dignidade a arte de fazer leis.

Aí está a razão pela qual a tarefa de tomar decisões não se pode confundir adequadamente com o afã de ganhar dinheiro, ou com a preocupação de seguir carreiras que favoreçam as ambições pessoais. O dinheiro e a ambição de mando são medicamentos impróprios para a classe "dominante", que agora surge, de administradores e gerentes.

Em sistemas emergentes e esclarecidos, já não vinga o poder absoluto de indivíduos, de classes, ou de grupos de toda e qualquer espécie. Já não existe a aceitação, por parte da maioria da humanidade, da autoridade arbitrária, existente por si mesma. Contadas estão as horas em que poderá imperar a violência, exceto como meio de evitar a brutalidade e maiores violências. Já não existem, ou estão por desaparecer, os absolutismos dos antigos tempos, no governo como na organização social. Já não existem "direitos divinos"; já não existe a fórmula

“a força faz o direito”; já não existe a afirmativa de que “as diferenças humanas tornam legal a ilegalidade”; já não vigora “o ouro faz o direito”.

Não mais existe a tola pretensão de que as emoções, e não a razão, devem governar o mundo; de que não há, nem pode haver, ordem racional no mundo; de que resta somente o status quo para aqueles que porventura são investidos de pouca e breve autoridade. O mundo emergente não zombará da dignidade humana, nem do progresso a que o homem aspira, de atingir melhor nível de vida. Não rejeitará a participação geral dos homens no estabelecimento de seus interesses comuns, na organização do consentimento, como base do bem comum e da realização da personalidade humana.

O Professor Merriam acha que a soberania, no sentido obsoleto de realza, está desaparecendo do mundo. Acredita que está sendo substituída por um novo sentido de unidade, tendo em mente a razão, a justiça, e a dignidade humana; porém deixa de resolver uma das mais importantes questões de governo que o povo norte-americano enfrenta atualmente. Este problema apresenta diversos aspectos:

1. Há, por exemplo, a relação que deve existir entre o perito, ou o técnico, e o público. O governo se tornou tão complexo que o perito e o técnico devem operar à plena força, se se desejar um governo bem sucedido. A própria natureza do trabalho de um técnico tende a afastá-lo do comum dos homens. A democracia ainda não encontrou meio de preencher essa lacuna, embora tenha tentado fazê-lo, mas em vão, por meio de juntas consultivas de grupos representativos, ou através de comissões representativas de grupos.

2. Há, também, a relação do grupo consultivo, ou da comissão, com o administrador, ou diretor de empresa, a quem estão destinados a servir. Os trabalhadores percebem que o grupo consultivo não tem tido completo êxito nos anos de guerra, e o presente comentarista acredita que os homens de negócio manifestam idêntica opinião a este respeito. Sirva de exemplo o problema prático de se estabelecer um órgão de planejamento para o governo dos Estados Unidos. Isto constitui, certamente, uma providência que se enquadra nas tendências atuais. Deve este órgão de planejamento ficar subordinado ao Congresso, ou ao ramo executivo do governo? Qual deve ser a sua composição? Deve ser integrado por representantes de trabalhadores, agricultores, governo, consumidores, e outros grupos? Deva ter “soberania”?

Tais questões têm agitado grandemente os representantes de grupos em suas reuniões, havidas em Washington, durante os dois últimos anos, e os problemas levantados não foram resolvidos. O Professor Merriam, em seu agradável volume, não lança nenhuma luz sobre estes importantes assuntos.

O presente comentarista não descobre, na parte em que o autor trata das entidades públicas, nenhum esforço para apreciar a importância relativa das diversas organizações. Todas as organizações são do mesmo valor para o Estado? E' o Rotary Club tão importante quanto uma união tra-

balhista? O Professor Merriam deixou de assinalar que um dos motivos pelos quais o governo norte-americano atravessou um período tempestuoso, durante a última geração, foi a nociva dualidade de suas operações. Por exemplo, o governo norte-americano, sob o ponto de vista político, fôra organizado como democracia, mas a indústria norte-americana, sob o ponto de vista funcional, fôra organizada em bases ditatoriais. Somente quando se promulgou a Lei Nacional de Relações Trabalhistas, em 1933, é que as organizações de trabalhadores tiveram situação legal neste governo, e que, afinal, se presenciou o início da democracia industrial, baseada em moldes idênticos aos da política democrática do governo propriamente dito.

Outra omissão poderia ser mencionada. O Sr. Merriam não está, certamente, alheio ao surto do novo grupo gerencial e administrativo, que se observa tanto na indústria como no governo, mas deixa de estudar as características deste grupo e tudo quanto possa constituir sua importante contribuição à vida do Estado e à Democracia.

Entretanto, talvez seja descortezia apontar falhas no resumo de uma obra maior. Encarado como êle de fato é, o presente volume presta um serviço social altamente satisfatório. Pertence ao crescente acervo bibliográfico sobre relações humanas e, derramando bastante luz sobre dois partidos contrários em questões controversas, tende a conciliar os contendores.

INDICAÇÕES

INDUSTRIAL MANAGEMENT — KNOWLES e THOMSON — MacMillan Company — New York — 1944 — 791 págs. — \$4.50

(Indicação de K.E. LEIB, in “*Journal of Business*”, maio, 1944).

Como salienta o prefácio, “a matéria deste livro se limita a tópicos de imediato e fundamental interesse para os que vão superintender o trabalho de outrem nas empresas industriais”.

As questões e os problemas, bem escolhidos e apresentados sob forma sintética, estão destinados a servir de auxílio aos que precisarem de relacionar o material teórico com as situações reais, e a encorajar a concretização dos princípios expostos.

Os princípios econômicos que afetam o controle das despesas gerais e variáveis são bem desenvolvidos e os diagramas elucidativos são excelentes. A este respeito, o livro constitui uma real contribuição ao campo usualmente abrangido pelos compêndios de gerência administrativa.

A análise do trabalho e a avaliação do merecimento são mais ou menos atualizados.

A melhor crítica que a este livro se pode fazer é a de que êle apresenta uma ênfase em processos técnicos, excelente pelo desenvolvimento com que trata de instrumentos de administração, deixando, entretanto, apenas parcialmente desenvolvidos os princípios básicos e a filosofia da administração. As necessárias modificações na atitude dos